

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

THIAGO SANTIAGO RODRIGUES GONÇALVES

**O “BRASILEIRO” EM O BRASIL NA AMÉRICA (1929) DE MANUEL
BOMFIM E O POVO BRASILEIRO (1995) DE DARCY RIBEIRO**

**MARIANA
2025**

THIAGO SANTIAGO RODRIGUES GONÇALVES

**O “BRASILEIRO” EM O BRASIL NA AMÉRICA (1929) DE MANUEL
BOMFIM E O POVO BRASILEIRO (1995) DE DARCY RIBEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de História da Universidade Federal de
Ouro Preto para a obtenção do título de Licenciada em
História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata.

**MARIANA
2025**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Thiago Santiago Rodrigues Gonçalves

**O "brasileiro" em 'O Brasil na América' (1929) de Manuel Bomfim e
'O povo brasileiro' (1995) de Darcy Ribeiro**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História

Aprovada em 05 de agosto de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira (Universidade Federal de Ouro Preto)

Sérgio Ricardo da Mata, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de
Conclusão de Curso da UFOP em 13/10/2025



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Ricardo da Mata**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 13/10/2025, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0995551** e o código CRC **304B25E1**.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos vão para a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por toda a sua estrutura e pelo apoio fundamental à minha formação. A existência e permanência dessa instituição reafirmam a importância de uma universidade pública, gratuita e democrática, comprometida com o acesso ao ensino superior de qualidade.

Agradeço imensamente à comunidade do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), que me proporcionou amizades duradouras nos corredores e um ambiente fértil de aprendizado acadêmico. Aos professores do Departamento de História, que sempre estiveram dispostos a ajudar, esclarecer dúvidas e orientar o caminho, deixo meu reconhecimento e admiração. Em especial, agradeço a Alfredo Sanchez, Daniel Wanderson, Helena Mollo, Luísa Rauter, Marcelo Abreu, Marcelo Rangel, Valdei Lopes, ao querido diretor do ICHS, Mateus Pereira, e especialmente ao meu orientador, Sérgio da Mata, por todo o apoio, escuta e pelas conversas sempre lúcidas sobre a disciplina histórica.

Agradeço à minha namorada, Maria Celeste, por ser presença constante de apoio e companheirismo. Em muitos momentos difíceis, foi ela quem me ergueu. Ter dividido esse processo com ela tornou tudo mais leve e significativo.

À República Tranca Rua, minha casa e minha trincheira, deixo meu carinho por todos os camaradas que caminharam comigo. Foram momentos de alegria, afeto, convivência e bons rolês regados a cerveja, que fizeram toda a diferença na minha trajetória.

À República Ventania, nas moradias estudantis da UFOP, onde morei por quase um ano, também expressei minha gratidão. Foi um lar acolhedor, que me recebeu de braços abertos e me permitiu ampliar ainda mais meu universo de amizades e vivências.

Aos amigos que a UFOP me deu, deixo meu abraço fraterno: Felipe, Isadora, Ana Conrado, Maria Eduarda, Thiago Filho, e as queridas meninas da Letras: Mariana; Maria Eduarda; Bianca e Jennifer.

À minha família, que sempre acreditou no meu caminho, especialmente por apoiarem minha decisão de sair de Vau das Flores, povoado onde cresci, para estudar longe de casa. Seus esforços foram essenciais para que eu pudesse chegar até aqui. Por fim, à minha mãe, que infelizmente faleceu durante a graduação, deixo um agradecimento profundo e emocionado.

Mesmo ausente fisicamente, sei que onde quer que esteja, compartilha dessa conquista com alegria e orgulho.

A todos vocês, o meu mais sincero e caloroso obrigado.

*“Me gusta el sol, Alicia y las palomas
El buen cigarro y la guitarra española
Saltar paredes y abrir las ventanas
Y cuando llora una mujer
Me gusta el vino tanto como las flores
Y los conejos, pero no los tractores
El pan casero y la voz de Dolores
Y el mar mojándome los pies
No soy de aquí ni soy de allá
No tengo edad ni porvenir
Y ser feliz es mi color de identidad”*

(Facundo Cabral)

RESUMO

Este trabalho é uma análise comparativa entre o termo “brasileiro” das obras sociais “O povo brasileiro” (1995) de Darcy Ribeiro e “O Brasil na América” (1929) de Manuel Bomfim, que tem como objetivo traçar a formação da sociedade brasileira, mesmo de maneiras distintas. Diante disso, é preciso obter um marco referencial nas formas de interpretar o agente brasileiro na historiografia do início do século XX com Manuel Bomfim, em face do final do século em Darcy Ribeiro. Nesta análise, utiliza-se a perspectiva da Historiografia Comparada de Chris Lorenz (2006) como ponto metodológico de influências e da transnacionalidade, ou seja, do extra local ou nacional. Para isso, é fundamental apresentar uma breve contextualização histórica dos autores analisados, visto que eles estão inseridos em momentos distintos do tempo, o que influencia diretamente suas abordagens e interpretações. Na primeira parte desta investigação, busca-se rastrear o modo de escrita histórica de Bomfim e fazer uma recapitulação da obra pela leitura e interlocuções com o contexto histórico. Depois, se repete, mas dessa vez com Darcy Ribeiro. Contudo, o que prevalece é a centralidade no conceito “brasileiro”.

Palavras-chaves: Sociedade civil; Nacionalismo e historiografia; Brasileiros.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
SOBRE MANUEL JOSÉ BOMFIM (1868 - 1932)	10
SOBRE DARCY RIBEIRO (1922 - 1997)	15
O BRASIL DE BOMFIM	18
O BRASILEIRO DE BOMFIM	23
O BRASIL DE DARCY	26
O BRASILEIRO DE DARCY	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

O Brasil do século XX foi marcado pelas violentas mudanças políticas estruturais e da formação social. Ora, não é de se espantar, cem anos! Ainda considerando o amplo processo de 300 anos de escravidão acometida na história de uma colônia ibérica, submetida ao monarquismo conservador e um republicanismo de base oligárquica. O que se espera dessa nação e de seu projeto político? Como pensar um desenvolvimento coerente com as realidades alocadas em hierarquias enraizadas e um povo de diversidade humana tão imensa? Segundo Lilia Schwarcz, em “População e Sociedade” (2012), a chegada da República (1889) incentivou, ao longo da sua gênese, o crescimento industrial com o ideal positivista, na tentativa de tornar o Brasil uma grande nação latino-americana, nos moldes do modernismo fabril. Porém, essas tentativas tiveram seu preço, foi demonstrado o descaso social, marginalização da população negra e pobre, sob o viés das políticas higienistas que estavam a todo vapor nos primeiros anos da república. De todo modo, é indispensável não se referir às teorias raciais em voga que rodaram o período. Os negros se juntavam com os sertanejos, imigrantes, mulatos e mestiços, formando uma categoria denominada por Schwarcz como “subcidadania”. Isso era uma resposta a uma industrialização feita às pressas.

As discussões sobre a sociedade brasileira e sua formação é assumida por variados estudiosos, principalmente daqueles que estudam o meio social e cultural. Não é de se espantar, pois trata-se de uma maneira de incorporar o sentido de uma identidade de um país. Os motivos que levaram à formação dos Estados nacionais, ao longo do que se convencionou chamar de modernidade, a partir do século XVIII, estão relacionados, sobretudo, ao contexto ocidental das independências e da consolidação de países, marcados pelo fortalecimento do poder industrial e pela busca por autonomia política. O Brasil não ficou de fora dessas discussões e foi um momento importante que marcou o cenário intelectual e acadêmico, pois a história de determinado povo ou sociedade é sempre moldada e revisitada de acordo com as demandas e condições históricas. Condição essa firmada a partir de anos de escravidão, miscigenação, colonização e várias camadas objetivas de condução política – ditaduras, monarquismo, democracias e etc.

Com base nisso, Manuel Bomfim, autor de muitas obras, foi médico no início da carreira, também se dedicou ao estudo do magistério e da psicologia. Mas o interesse aqui se dá em sua obra de cunho sociológico *O Brasil na América* (2014). As teorias dele nada conformaram com a ala tradicional positivista no Brasil. Isto porque, esta ala focava em uma ciência de horizontes

ocidentais, de cunho evolucionista, logo firmada com as teorias de raças do século XIX.

Em sua obra magna *América Latina; males de origem* (2014) o autor:

Ao explicar a lógica de funcionamento do sistema colonial, Manuel Bomfim atribuía a questões de natureza cultural a implantação de um sistema de exploração colonial onde o objetivo do colonizador era extrair o máximo das colônias, não se preocupando em desenvolver nelas qualquer atividade produtiva capaz de propiciar o desenvolvimento da área colonial. (PRADO, 2021, p. 289).

Levava consigo uma escrita que não convinha aos outros pensadores daquele tempo. Nessa obra, por exemplo, denunciava em sua teoria um parasitismo dentro das formas de exploração das elites, uma teoria que flertava com seus interesses em biologia. Outro aspecto relevante é que ele colocava um sentido positivo na miscigenação das raças no Brasil, ou seja, não concordava com o darwinismo social que flutuava na academia, nas mentes dos intelectuais daquele tempo.

Por outro lado, temos Darcy Ribeiro, uma figura muito importante no Brasil, tanto pela sua marca intelectual quanto como figura política. Acreditava que o Brasil tornaria-se uma “nova Roma”, caso tomasse os rumos políticos certos e de justiça social. Foi exilado no Uruguai por causa da ditadura civil militar no Brasil de 1964 e, a partir disso, começou a desenterrar de bibliotecas uruguaias textos de um brasileiro que nunca tinha ouvido falar no Brasil: Manuel Bomfim. Daí por diante, existiu um conjunto de eventualidades que colaboraram com as pesquisas de Ribeiro. *O Povo Brasileiro* foi considerado por Darcy Ribeiro – segundo suas próprias palavras – uma de suas obras mais importantes, na qual ele construiu interpretações e reuniu algumas fontes a partir de Manuel Bomfim, um pensador do final do século XIX e início do XX. Esses elementos constituíram os principais indicativos para a presente pesquisa.

Como a proposta aqui é analisar um conceito com base em fundamentos historiográficos atravessados pelo tempo, busco confrontar duas obras que, em momentos distintos, apresentam propósitos idealizadores de nação: *O povo brasileiro* (1995) e *O Brasil na América* (1929). Para isso, afronta-se uma epistemologia que valoriza o confronto entre duas ou mais obras, tendo em vista objetivos comuns e o potencial de contribuir significativamente com os estudos acadêmicos. Essa abordagem visa destacar discussões e abrir novas possibilidades de análise que, até então, eram pouco exploradas ou insuficientemente institucionalizadas no campo historiográfico, como aponta o historiador holandês Chris Lorenz em seu texto *Historiografia comparada: problemas y perspectivas* (2005). Ele propõe a historiografia comparada como um método criterioso e relevante, ou melhor, uma ótima proposta contra uma historiografia pobre de critérios e passível de

relativismos. Assim, destaca a importância do estabelecimento das conexões nacionais e internacionais e de influências na comparação. É necessário estender o estudo não apenas a uma demarcação regional espacial, mas ir além das fronteiras nacionais e encontrar pontos de congruências. No caso deste trabalho, uma relativa tentativa de aproximação do mundo ocidental e das demandas latino americanas em cada autor, ou seja, como lidam com os pensamentos hegemônicos ou não hegemônicos.

Portanto, fazer a análise da linguagem em suas determinadas características, garantidas pelos percursos dos acontecimentos históricos que os autores estão submetidos. A análise servirá como base, buscando influências de Bomfim e o mundo temporal que o cercava, e que por consequência, transformaram a perspectiva de Darcy Ribeiro. Desse modo, traz luz a um trabalho árduo de pesquisa e disposição do sociólogo em se entregar a leituras anteriores, que para ele se tornaram significativas para resultar em “O Povo Brasileiro”. Dessa forma, recursos de análise estão encorpados pelos fatos históricos, objetivos de produção historiográfica, ou seja, recolocando as discussões intelectuais e também, de visões de “brasis”. Assim, como os anseios abarcam justamente paradiços, construções históricas e perspectivas nacionais dos autores.

Os primeiros capítulos abordarão uma biografia singela, a partir de estudos mais elaborados sobre os autores. As publicações de Manuel Bomfim (1868-1932) são datadas, principalmente do final do século XIX e início do XX, e estão representadas na margem da psicologia, pedagogia, sociologia, medicina e história. Por outro lado, Darcy Ribeiro (1922-1997), mais estrelado em meados do século XX, tem uma bela marca intelectual e profissional no cenário brasileiro. Os contextos políticos, ideológicos e, principalmente, as linhas de pensamentos vigentes no Brasil à época de cada autor são de extrema relevância. A vida particular e seus anseios públicos estão firmados nesta análise. Espera-se que seja possível encontrar interlocuções do que cada um considera “brasileiro” em suas respectivas obras. Pretende-se discutir um pouco mais sobre esses autores e, conseqüentemente, abarcar a relevância de suas produções para suplantarem este estudo.

Dedicamos dois capítulos para refletir um pouco sobre as obras analisadas em si, nada muito esmiuçado em detrimento da fertilidade de debates, que ao final, perderia o real objetivo deste estudo. Para tanto, trazer um pouco sobre a leitura dessas obras, nos ajudam a historicizar o mundo e as leituras que Bomfim e Ribeiro condicionaram para escrevê-las. A partir delas, foi possível encontrar interlocuções com outras linhas de pensamento, críticas e adoção de certos tipos de argumentos em seus trabalhos. Dentre esses aspectos abordados, destacam-se os fatores que

condicionam o pensamento nas características de formação da sociedade brasileira, ou seja, as questões da mistura de raças, colonialismo, povos indígenas, o papel da população negra, entre outros fatores que formalizam as teorias dos autores. Aquilo que transfere para o cerne nacional, o quesito do atraso do Brasil, a necessidade de se tornar um país condicionado a grandes realizações econômicas e do pensamento político.

Ademais, teremos a possibilidade de elucidar um pouco mais sobre os escritos de Bomfim, podendo assim, trazer para aspecto acadêmico mais detalhado sobre a obra de resistência intelectual e da defesa da miscigenação da nação brasileira. Desse modo, estruturando o sentido de mundo que existia no Brasil e seus intérpretes, dando mais destaque para biografias e possíveis sequelas deixadas nos estudos até então.

SOBRE MANUEL JOSÉ BOMFIM (1868 - 1932)

Lendo-o, me vi diante de todo um pensador original, o maior que geramos, nós, latino-americanos.

Darcy Ribeiro¹

Celso Nobrou Uemori (2006), na sua tese, *Explorando o campo minado: a sinuosa trajetória intelectual de Manoel Bomfim em busca da identidade nacional*, apontou percalços, realizações, discrepâncias e similitudes nas produções de Bomfim. Uemori explica como ele apropriou-se de noções europeias para produzir um contra-pensamento hegemônico, enfatizando a importância de uma ciência e epistemologia nacional, uma reação aos universalismos advindos do exterior. Uemori também buscou encontrar as significâncias do sociólogo para época e como ele procedeu às suas ideias em meio ao seu contexto histórico e político, colocando possíveis novos estímulos pelo surgimento do movimento modernista de 1922 e o contato com outras mentes da época, como o poeta Olavo Bilac.

¹ Esta epígrafe foi retirada do prefácio de “América-latina: males de origem (2014). Darcy Ribeiro em 1980 redescobriu as obras de Manuel Bomfim e isso facilitou o acesso a elas na atualidade. Algumas de suas obras podem ser encontradas na *Biblioteca Básica Brasileira* (BBB), com acesso gratuito. Há também algumas pesquisas feitas nos últimos anos, como o livro escrito por Ronaldo Conde, *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manuel Bomfim* (2000), esse sendo uma biografia mais densa e detalhada. Em 2009, o documentário, *Por que não se fala em Manuel Bomfim?* (2022), com direção de Carlos Pronzato, foi produzido com apoio desta última obra citada. Além disso, no e-book *O Brasil na América* (2014), disponibilizado na BBB, a jornalista Cecília Costa Junqueiro escreveu no prefácio um singelo panorama sobre a vida e percurso de Bomfim, introduzindo, ainda que de forma sucinta, a dimensão e a importância do intelectual.

Bomfim nasceu em 8 de agosto de 1868, em Aracaju, e teve vários parapeiros. Aos 17 anos, o seu primeiro destino foi Salvador, pois queria se tornar médico. Em seguida, transferiu sua matrícula para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde tornou-se médico militar. Quando casou com Natividade de Oliveira, mudou-se para o interior de São Paulo e teve dois filhos. No entanto, com o falecimento da filha caçula, ele se despreendeu da carreira médica e passou a se dedicar à pedagogia. Em 1892, poucos anos depois da Proclamação da República, foi convidado para assumir um cargo de diretor no instituto *Pedagogium*, considerado o primeiro instituto que buscou elevar o ensino público no Brasil. Esse foi um momento muito importante para Bomfim, pois foi a partir das adversidades educacionais que ele começou a localizar possibilidades de renovação da república. Dessa forma, a educação tornou-se baliza em suas discussões e seus maiores esforços cercaram-se pelo desfazimento do analfabetismo, ou seja, pelo desejo do letramento populacional.

Segundo Cecília Junqueiro (2014), a experiência em sala de aula e o contato mais profundo com a realidade do sistema educacional brasileiro fez com que Bomfim se aproximasse mais do magistério. Algo que também pode ter posto à tona o pensamento social mais profundo e a necessidade de questionar a nação e o seu sentido. Nesse panorama, atrelou seu vasto conhecimento interdisciplinar em sociologia, história, psicologia, pedagogia e medicina para produzir obras que iriam contra o pensamento engendrado na perspectiva racial ou darwinista em voga. Na obra *América Latina: males de origem*, escrito originalmente em 1903, Bomfim questionava as postulações de um continente famélico e caduco pela miscigenação, advindos do pensamento ocidental hegemônico e do racionalismo científico introduzido.

As últimas décadas do século XIX estavam atrelados ao mundo externo, da projeção e formação dos estados nacionais, pós Revolução Francesa. No Brasil, principalmente depois da independência em 1822 não foi diferente. A manutenção dos territórios, estabelecer a unidade nacional, a língua oficial e até mesmo de escrever a história do Brasil, eram algumas das poucas formas de legitimar, em primeira instância, o poder imperial brasileiro. Sobre este último, pode-se citar o IHGB, fundado em 1838, dentre algumas pessoas importantes para a historiografia brasileira associados ao instituto, tem-se Robert Southey e Francisco Adolfo de Varnhagen. Ambos muito utilizados como base histórica para a escrita de Manuel Bomfim.

Havia antes, a primeira fase da escrita da história brasileira que é fortemente conhecida pela ordem mais humanista advinda da época: a fase romancista. Um dos seus fundadores foi Phillip

Von Martius, com o ensaio, *Como se deve escrever a história do Brasil* (1845), no qual afirmava a necessidade de uma história para o país, para consolidar a imagem da nova pátria. Não apenas, Martius justificava o povo brasileiro como a mescla de raças branca, indígena e do negro. A natureza era prestigiada e a base da nova nação vinha dessa nova gente. Assim, seguiu-se com os dois historiadores já citados, Southey e Varnhagen.

Herdeira de uma tradição humanista, a reflexão sobre a diversidade se torna, portanto, central quando, no século XVIII, a partir dos legados políticos da Revolução Francesa e dos ensinamentos da Ilustração, estabelecem-se as bases filosóficas para se pensar a humanidade enquanto totalidade. Pressupor a igualdade e a liberdade como naturais levava à determinação da unidade do gênero humano e a certa universalização da igualdade, entendida como um modelo imposto pela natureza. A igualdade de princípios era inscrita na constituição das nações modernas, delegando-se às “diferenças” um espaço “moralmente neutro” (Dumont, 1966:322). Afinal, os homens nascem iguais, apenas sem uma definição completa da natureza (SHWARCZ, 2005)

Diante dessa situação, a população brasileira deveria ser assimilada como gente de seu país no século XVIII. O problema era deixar claro como um país continental, escravista, tropical e com populações tão distintas se tornaria de fato um Estado homogêneo e com virtudes soberanas. Uma dessas formas pode ser retirada em Roberto Ventura em *Estilo Tropical* (1991), os naturalistas e viajantes adentravam e avaliavam as paisagens, gentes, fauna e flora, servindo de base para estudos e pesquisas históricas para a historiografia romântica. Dessa maneira, havia uma grande valorização do maravilhoso e do exótico, os indígenas eram considerados maravilhas da natureza e considerados o estado puro do homem no seu habitat.

No seu relato de viagem, Spix e Martius descrevem a transposição da linha do equador e o ingresso no hemisfério sul com um entusiasmo que prenuncia o “gozo antecipado de uma natureza estranha, tão rica e maravilhosa”. A contemplação desse meio estranho e maravilhoso traz a recordação da pátria europeia, enquanto a própria natureza tropical não se converter na nova pátria dos viajantes. (VENTURA, 1991, p. 30)

É sobre essa ótica que Bomfim se baseia na formação do Brasil. Isso não quer dizer que ele teve uma visão romântica da mesma, porém, um novo ponto de vista que rebatia, o pós da historiografia romancista. Em meados do século XIX, é o darwinismo social, ideologia que deturpou a teoria da evolução de Chales Darwin para justificar desigualdades sociais e raciais como se fossem naturais. Teve grande impacto negativo no pensamento político e social dos séculos XIX

e XX, que emergiu nos discursos, jornais e na academia. O “atraso” da modernidade do Estado é colocado no cerne biológico dos brasileiros, a gente mais mestiça conhecida desde então, branca, negra e indígena. A mistura de raças deixava de fato vários intelectuais encucados frente às novas tendências que determinavam as razões do progresso para alguns países frente aos outros, em especial aos do hemisfério sul. Segundo Schwarcz (2005), a década de 1870 foi um marco importante em relação à circulação de ideias e de conquistas, como a Lei do Ventre Livre de 1871 e a vencida Guerra do Paraguai, mas, em contrapartida, o início do ideário positivista evolucionista ganhou notoriedade nos debates.

Schwarcz (2005) e Ventura (1991) assimilam em seus estudos que toda essa ingestão de causas deterministas ao pensamento brasileiro se deu pela falta do pensamento próprio, pois o Brasil foi um local de intenso recolhimento de ideologias e princípios teóricos advindos, principalmente, das grandes escolas da Europa. Nesse mesmo contexto, a Europa passava pela formulação de seus próprios Estados Nacionais e pela constituição de soberania sobre outros povos e nações.

Introduziu-se, na literatura e na crítica brasileira, uma visão, exótica ou um olhar de fora, que trouxe uma imagem negativa da sociedade e da cultura local, expressa na oscilação entre ufanismo e cosmopolitismo, na tensão entre ideologia civilizatória e projeto nacionalista. (VENTURA, 1991, p. 41)

Em *O espetáculo das raças* a historiadora Lilian Schwarcz assim aponta:

O que se valorizava nesse momento, porém, não era tanto o avanço científico, entendido enquanto incentivo a pesquisas originais, e sim uma certa ética científica, uma “cientificidade difusa” e indiscriminada. Tanto que se consumiram mais manuais e livros de divulgação científica do que obras ou relatórios originais. A ciência penetra primeiro como “moda” e só muito tempo depois como prática e produção. (SCHWARCZ, 2005)

Na década de 1920, o movimento eugenista exercia muita influência, principalmente nos Estados Unidos, impondo políticas severas para evitar a miscigenação de povos considerados como “inferiores” (não brancos) e controlar a migração de grupos considerados “desejáveis” e “indesejáveis”. Muitos dos intelectuais do Brasil republicano estavam em busca da sociedade “moderna” perfeita. Logo, estavam no contexto em que os padrões e as normas científicas deveriam vir do Ocidente globalizado:

Assim, do mesmo modo que o “racismo científico”, que possuía projeção internacional até a década de 1920, partia da superioridade “racial” dos povos brancos e de olhos azuis,

a versão “culturalista” do racismo parte da superioridade de certo “estoque cultural” das sociedades do “Atlântico Norte” como fundamento da “superioridade” dessas sociedades. Da mesma forma que no racismo de fundo “racial” é construída uma separação “ontológica” entre sociedades “qualitativamente distintas”, nas quais as diferenças não são de “grau”, ou seja, não são quantitativas, mas de “essência”, implicando a noção de “sociedade superior” – assim como de “indivíduos superiores” que a compõem – no sentido moral do termo (SOUZA, 2015, p. 18)

Entretanto, Bomfim reconhecia outro motivo para o atraso e a dependência frente às nações do “ocidente racionalizado”. Para o intelectual as questões históricas como a subjugação das colônias frente aos impérios e o descuido dos governos latino-americanos com as políticas públicas. A ideia central da obra era explicar, a partir do viés econômico, a relação de parasitismo entre metrópoles e colônias. Bomfim ficou marginalizado no cenário intelectual por algum tempo, mas colaborou significativamente com suas várias áreas de atuação. Talvez justamente essa não incorporação das teorias eugenistas da época ou a tentativa de iniciar uma ciência puramente brasileira ou minimamente latina, ele não foi bem recebido, como sua teoria do “parasitismo social”. Mas isso é assunto para outros estudos. De qualquer forma, fez com que no futuro próximo suas obras tornaram-se relevantes novamente.

É importante ressaltar que *América Latinas: males de origem* foi um produto do jovem Manuel Bomfim. O historiador Celso Uemori (2007), em sua tese de doutorado, explica que essa obra foi muito criticada pela elite intelectual conservadora da época, fator que pode ter contribuído para a divulgação desse texto. Uemori aponta que *Males de Origem* reflete uma fase em que Bomfim está ainda consolidando sua visão de mundo. É um período em que ele transita entre a formação científica positivista e uma preocupação cada vez mais evidente com os problemas sociais e políticos da América Latina. O livro nasce de um espírito reformador típico da juventude, ainda carregado de esperança e fé na transformação social por meio do conhecimento e da ação política. Algo intrigante, pois fez com Bomfim se dedicasse na elaboração de outras empreitadas para novos esboços, desta vez, com mais foco no Brasil e como uma bagagem intelectual mais aguçada. Entre as obras relevantes, ele produziu estudos que partiam da formação da sociedade brasileira. Segundo Celso Uemori (2007), enquanto em *América Latina: males de origem* Bomfim se segura na questão da exploração econômica e da mão de obra explorada, em *Brasil na América*, texto escrito originalmente em 1929, o foco foi exaltar o brasileiro mestiço; desmistificar o indígena

e colocá-lo novamente como o motor fundamental da história brasileira. Entretanto, com uma escrita nacionalista e pobre de análise.

Reflexo disso, para Jean Carlo de Carvalho Costa (2005) em seu estudo, *O problema Nacional, globalização e o pensamento social no brasil: notas sobre as implicações do “nacional” em Manoel Bomfim* já produz um panorama ideal dessa discussão. Ele remonta a tensões que globalização e Revoluções do século XIX transformam a forma de constituir as nacionalidades. Sobre isso, Bomfim se torna pano de fundo da análise, pois Jean Costa alega que por mais que Bomfim estivesse nesse cenário de discussões sobre nacionalismo e teorias raciais, ele tendeu ao um pensamento original que não interligava com a “intelligentsia brasileira”, no caso, com Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. Assim, Bomfim foi um dos poucos que assumiram uma parcialidade, ao colocar o Brasil e a América Latina num panorama de investigação social não hegemônico. Portanto, Bomfim construiu as bases teóricas nacionais e recusou em boa medida, uma classe intelectual. A diferença é que Bomfim buscou se distanciar das correntes e linhas de pensamento.

É um pouco nesse contexto geral que Bomfim escreveu *O Brasil na América*, delineando um parâmetro singelo de um mundo que ansiava por transformações e, ao mesmo tempo, consolidava-se a interpretação de que o tecido social e cultural estava firmado ao destino das nações. Assim, reconstruir, incorporar e descrever a figura do “brasileiro” ultrapassa os limites da ciência social — tratava-se, antes de tudo, de um gesto político.

SOBRE DARCY RIBEIRO (1922 - 1997)

Quem sou eu? Às vezes me comparo com as cobras, não por serpentário ou venenoso, mas tão só porque eu e elas mudamos de pele de vez em quando. Usei muitas peles nessa minha vida já longa [...]²

Darcy Ribeiro foi um intelectual e político brasileiro que esteve muito à frente dos holofotes, da mídia e, principalmente, das matrizes universitárias do século XX. Sem a presença do pai, a sua infância foi marcada por uma educação maternal em Montes Claros, no norte de Minas Gerais. Segundo o documentário *O Brasil de Darcy* (2014), de Ana Maria Magalhães, são fatores importantes na personalidade de Ribeiro, tanto na sua educação moral quanto no sentido de justiça social. Ele atuou bastante no contexto político: foi ministro da educação no governo de João

² RIBEIRO, in *Brasil como Problema, Doutor Honoris Causa* São Paulo: Editora Siciliano, 1990.

Goulart (1962-1963), chefe da Casa Civil (1963-1964), vice-governador do Rio de Janeiro (1983-1987) e também senador (1991-1997). Darcy Ribeiro teve um papel fundamental na história brasileira, atuando como intelectual, antropólogo, sociólogo, político e indigenista. Em sua extensa e interdisciplinar bibliografia, buscou encontrar soluções para o atraso do Brasil, responsabilizando o colonialismo, o imperialismo e, principalmente, o elitismo pelo descaso com a população subalterna e a desigualdade brasileira. Portanto, são obras que muito colaboram para encontrar as raízes da formação cultural, do racismo e do genocídio indígena e negro.

Na vida acadêmica, ele desistiu da medicina para estudar antropologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. No documentário *O Brasil de Darcy (2014)*, Antônio Cândido (1918-2017) explica que, em 1940, as ciências sociais estavam em busca de estudar as realidades brasileiras, ou seja, a identidade do país. Essa realidade pode ter sido um grande passo para a aproximação de Ribeiro com outros teóricos interessados no assunto. Sendo assim, ele foi muito influenciado por nomes importantes da época, como Claude Lévi-Strauss e a sua antropologia estruturalista, Gilberto Freyre e, é claro, Sérgio Buarque de Holanda (S.B.H), que para Lucia Helena Rangel (2014), no mesmo documentário, foi o maior estimulante para Darcy Ribeiro. Dessa maneira, destaca-se a conexão com Holanda, bem como sua leitura alemã e a densa historiografia sobre o Brasil e os povos indígenas. Essa relação entre Ribeiro e Holanda sugere mais do que uma mera ligação, mas um contraste importante para a interpretação de *O Povo Brasileiro*. Atiçado por leituras de formação do Brasil como as de Holanda, super representativas no contexto intelectual no século XX, o culturalismo e o patrimonialismo são chaves mestras da interpretação nacional. Seja como for, é importante destacar:

Essa tese da “singularidade cultural” brasileira, pensada de modo absoluto como um povo com características únicas e incomparáveis – para o bem e para o mal –, é como uma “segunda pele” para todos os brasileiros, intelectuais ou não. Essa singularidade é constituída pela junção e combinação das noções descritas acima de personalismo e patrimonialismo. (SOUZA, 2015)

Não reduzindo as matrizes sócio analíticas, no campo historiográfico a influência também segue. Nosso autor usa da leitura do *Extremo Oeste* para fazer um paralelo entre os “brasilíndios” e seus principais gestores, os paulistas. Ribeiro cita-o, como um breve laudo da aproximação analítica e historiográfica do trabalho social advindo de fontes de S.B.H:

[...] exigência de um triste viver cotidiano caseiro: teimosamente pelejaram contra a pobreza, e para repará-la não hesitaram em deslocar-se sobre espaços cada vez maiores, desafiando as insídias de um mundo ignorado e talvez inimigo. (HOLANDA, 1986)

Mais um ponto interessante, é pensar essa influência alemã na historiografia brasileira, principalmente remontada por Freyre e “institucionalizada” por Holanda alguns anos depois. O culturalismo é uma forte marca desse tipo de historiografia pelo qual Ribeiro apropria.

Em 1946, depois de formado, Darcy Ribeiro foi indicado para trabalhar no Serviço de Proteção ao Índio (SPI), juntamente com Marechal Cândido Rondon. Nessa experiência, pode colocar seus conhecimentos em prática e teve a possibilidade de estudar os indígenas e mapear os seus costumes e formas de viver, incorporando-os como agentes da sociedade brasileira. É nesse contexto que Ribeiro se aproxima com a questão indígena daquela época, reconhecendo seu território, sua identidade e a sua importância para a cultura brasileira. Ele também ajudou na criação do Parque Nacional do Xingu e com o encargo dos irmãos Villas-Boas, no governo de Getúlio Vargas.

Outra relação que deve ser mencionada é a de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que rendeu frutos para a sociedade democrática brasileira. A educação de base tornou-se preocupação com o movimento da “Escola Nova” nos anos 1920, a universalização da educação pública e gratuita foi uma ambição de Teixeira ao longo dos anos, apoiada e defendida também por Ribeiro, que lutava pelo fim do analfabetismo e pelo desmonte da hierarquia tradicional, que defendia o acesso à educação apenas para as elites. Durante esse momento, Ribeiro tem a sua preocupação voltada para a educação, realidade muito similar com a de Bomfim quando se tornou responsável pelo *Pedagogium*. Nesse sentido, ambos defendiam que, para ocorrer o processo de mudança do Brasil pobre e famélico, devia-se passar por uma revolução educacional, tal qual Teixeira e outros escolanovistas pretendiam organizar.

Em 1962, ocorreu a fundação da Universidade de Brasília, que teve Ribeiro como o principal fundador, acontecimento que lhe rendeu futuramente o cargo de Ministro da Educação do governo de João Goulart. Depois disso, Ribeiro foi cassado durante a ditadura no Brasil e ficou exilado em vários países latinos americanos, como Uruguai, Argentina, Peru e Chile. Seu reconhecimento como intelectual predominantemente socialista fez com que fosse convidado por vários representantes de governos à esquerda para trabalhar na criação de universidades ou ministrando cursos. Isso deixou claro a reputação que o antropólogo levava consigo, tanto como figura política quanto como intelectual.

Assim como sugere sua citação, Darcy Ribeiro foi, de fato, uma 'cobra de muitas peles', sempre em renovação. Nunca foi o mesmo, mas sempre foi Darcy Ribeiro. Um homem que contribuiu imensamente com sua obra para a América Latina e, claro, para o Brasil. Mesmo enfrentando contratempos pessoais e políticos, manteve-se comprometido com a justiça social. Foi em alguns desses momentos que Ribeiro dedicou-se ao estudo da civilização brasileira. No final do século XX, ele apresentou sua grande obra *O Povo Brasileiro* (1995), que considerou como seu maior desafio. Esse trabalho, fruto de mais de três décadas de empenho, foi meticulosamente revisado e desenvolvido por ele mesmo. Em suma, os leitores familiarizados com essa obra reconheceram que seu objetivo era caracterizar a formação do povo brasileiro, explorando suas raízes, as dinâmicas de classe, a exploração racial e, sobretudo, a miscigenação. Toda a formação, influências e genialidade de Ribeiro se refletem no ensaio que é parte essencial dessa análise.

O BRASIL DE BOMFIM

Desde o prefácio de *O Brasil na América* (1929), de modo poético, nosso autor coloca em sua proposta “completar” sua antiga obra *América Latina: males de origem* (1904). Ele se propôs a colaborar com outra visão do Brasil, de trazer de volta a tradição brasileira que precisava ser resguardada e revigorada — aqui jaz um elogio à literatura romântica e à valorização da unidade nacional. Assim como Uemori (2006) destacou, ocorreu uma mudança nos objetivos de Bomfim e na sua escrita nitidamente nacionalista, frente as anteriores. Trata-se de uma tentativa de reconstruir de maneira favorável e otimista, o caráter puramente do povo brasileiro, concebido como íntegro e dotado de uma sensibilidade inconsciente de brasilidade. Nesse sentido, os brasileiros são apresentados como dignos de prosperar em suas terras, sem a custódia de um Estado que não seja legitimamente local. Além disso, também houve uma preocupação com uma escrita que não estivesse ligada a conceitos e teorias que viessem do estrangeiro. É o caso da crítica aos determinismos, que para Bomfim só colaboraram para a decadência cada vez mais iminente do Brasil. Ainda assim, vale mencionar que o autor utiliza de argumentos de sociólogos como Lester Ward (1841 - 1913) para contrapor o determinismo social.

Bomfim tentou revidar aqueles que impunham que o Brasil e a América Latina era um lugar atrasado, principalmente aqueles que ele denominou como “dissertadores”, que dividem as Américas pelo tipo de colonização. Como se a América Latina fosse um espaço desmoralizado e insuficiente devido ao seu clima, a mistura de raças ou heranças culturais “inferiores”. Uma

comparação nítida com os casos dos Estados Unidos e da Europa. Além de discordar dessas afirmações, não apoiava também a generalização das nações latinas americanas, o que dava brecha para seu argumento da distinção do Brasil com os países hispano-americanos.

Diante disso, Bomfim pretendeu fazer uma defesa da nação brasileira, demonstrando suas próprias características, seu potencial e, principalmente, promovendo uma visão positiva da miscigenação do português, o negro e o indígena. De fato, uma empreitada ufanista que buscou diferenciar e identificar o brasileiro em relação aos outros países. Seja como for, o que fica quase aparente é uma necessidade de separar a agência política do Brasil e de outros países, reforçando a ideia de que tal generalização impunha à nação brasileira um reconhecimento de país que se desmantelaria em federações ou que o agente português pouco afetou na formatividade social. Isso ficou mais evidente nos capítulos posteriores e a distinção dos portugueses e espanhóis.

Sobre isso, reiterou a preponderância dos portugueses de serem um povo homogêneo e rico de qualidades, características que os tornam mais nacionalistas para o seu território. De uma Espanha que também tem suas qualidades, mas que é uma nação atrasada no que se trata de reconhecer uma unidade política mais robusta, pois demorou-se para se unificar e se reconhecerem como um Estado unitário. Bomfim qualificava Castela mais como um Estado Federado do que um reino centralizado. Ademais, Castela foi caracterizada por uma metrópole espoliativa, que não soube fazer de suas colônias uma empresa tal qual Portugal o fez com o Brasil.

Fez elogios à forma de se colonizar, pois, mesmo o português sendo incapaz de se enriquecer de imediato com as novas terras, tratou-se de investir na produção agrícola para garantir o território recém descoberto. Mesmo que os primeiros anos da colonização na costa brasileira não mostrasse um potencial para metais valiosos, utilizaram da boa terra para cultivar a cana que por muito tempo rendeu aos cofres lusitanos. Quanto à miscigenação, Bomfim desperta suas fontes e reconhece como importante o papel do historiador Von Martius, pois reconheceu o enorme empenho lusitano — ordeiro e disciplinado — e outras qualidades colonizadoras trazidas para a América Portuguesa. Mais uma vez, também reitera a diferença colonizadora dos castelhanos. Também elogia os portugueses com a capacidade de plastificar com os indígenas que, para ele, foi umas das grandes características da empresa colonial portuguesa. Com pouca gente, só puderam colonizar imensas terras com o convívio e a assimilação com os nascentes daqui. Os lusitanos não coagiram seus costumes e tradições de modo cru. De modo inteligente, trocaram seus conhecimentos para formar uma nova maneira social, capaz de coexistir, para o êxito da colônia.

Mais plástico e assimilador, fraco em número, afeito ao convívio de povos bárbaros, sem grandes zelos de sobrançeria, o português, no Brasil, juntou-se francamente, em sangue e costumes, aos indígenas (BONFIM, 2014, p. 99)

Vale o reconhecimento do indígena como o primeiro “grão de brasilidade” e a forma original do que significa ser brasileiro, pois condensa a honra e defesa da pátria, mesmo não sabendo da existência dela. Esta é uma questão muito importante na construção da identidade nacional para Bomfim, a de defesa de valores comuns, da terra, do trabalho e de resistência. Os indígenas juntaram-se tanto aos portugueses quanto aos franceses, lutando em conjunto em razão de sua identidade, que começava a se moldar com a europeia nos primórdios do século XVII. Para Bomfim, lembrar o papel guerreiro e valente do indígena é um grande ato de memória para a formação do povo brasileiro, que por muito tempo foi esquecido por alguns historiadores da época, pois apenas reconheciam no indígena os massacres, as matanças e, principalmente, seu apagamento.

E, como certas crises de resistência foram graves, sangrentas, a história registra-as em menção desenvolvida; e como os historiadores curtos só veem importância em guerras e em nomes políticos, citam as guerras, e esquecem-se de mencionar que essas crises – de luta formal entre a colônia e as tribos, foram, relativamente, exceções. (Idem, 2014, p. 91)

Manuel Bonfim também aborda a virtude política do português em relação a do indígena, destacando sua habilidade de tratá-lo como um igual. A sua disposição para ser acessível aos povos originários. Mais uma vez, coloca-se o valor do estrangeiro como elemento fundamental na formação do ideal de uma nação única, caracterizada pela notável capacidade de se mesclar e assimilar culturas diversas. Bomfim também descreve os indígenas como uma gente leal e recíproca aos europeus, pois não passavam desconfiança. Indígenas e portugueses eram, portanto, uma mescla perfeita.

Meditando nessas coisas, destaca-se a verdade: nos primeiros colonizadores do Brasil, encontravam-se as virtudes essenciais do pioneiro português – tenacidade heróica, solidariedade na compreensão nítida de existência nacional, hábito de atividade disciplinada, e, com isto, o sentimento de trazerem consigo uma pátria, no intuito explícito de fazerem um novo país, pelo desenvolvimento das tradições nacionais. Como estímulo geral, havia o desejo de formar fortuna estável. (idem, p. 75)

Apenas um adendo, há trechos árdios em que Bomfim não condena um extermínio indígena na colônia. É interessante pensar nisso em pé de discussão com a historiografia atual. Nesse caso, como não considerava um extermínio, nomeou como um novo evento, o do cativo, ou seja, os troncos indígenas não foram excluídos pela matança dos europeus, e sim uma transposição e aculturação desses povos. Uma parte que se pode muito debater. O que o autor traz é uma controvérsia de Varnhagen, que o gentio indígena era insolente frente ao português. Coisa alguma, Bomfim via no indígena o enclausuramento, a incorporação e a mistura para povoar essas terras tão vastas. Se não fossem as inimizades indígenas e as suas guerras, os portugueses nunca conseguiriam povoar a colônia. Sendo assim, haveria de se louvar a valentia indígena, não os colocando em um lugar de miserável na história e admitir sua importância nas fases de construção social. Há momentos que cita a paz indígena, a sua cordialidade, a predisposição para guerra e sobretudo, a sua ternura frente aos outros. Um povo considerado não civilizado, possuía muito mais “bons modos e civilidade” que os ditos civilizados.

O Homem é um ser moral-social. Aí está o verdadeiro critério de nível, na sua ascensão. Ora, o gentio, que realizava toda a simpatia do seu coração, numa solidariedade completa, valia muito para a vida moral e social. Pouco importa a escassez dos recursos solidarizados: a moralidade está na razão de ascendência da solidariedade sobre os interesses egoístas. O comunismo em que vivia o índio será, talvez, avesso a esse progresso à ocidental – o progresso de riqueza, de requintes, de exaltação pessoal, e, por isso mesmo, de desigualdade e injustiças. (idem, p. 148)

Assim, destacou as qualidades dos indígenas. Entre elas, a maneira de postar em sociedade, sua solidariedade, a capacidade técnica com os produtos agrícolas, as habilidades de caça e produção de alimentos. Ele critica muito os autores que não reconhecem nesses povos serventia e as qualidades que estavam induzidas na cultura indígena, que foi transplantada para a cabocla. Formas de comércio existiam, senão eles não seriam incapazes de fazerem trocas comerciais com os europeus. Táticas de guerras também pré-estabelecem uma certa organização, mais um fato de que eles precisavam ser vistos com outros olhos na formação do Brasil.

Bomfim rebate no quinto capítulo alguns autores do período, um deles é Oliveira Viana, os coloca como um dos responsáveis, juntamente com o governo brasileiro, de trazer e disseminar a eugenia a partir de seus escritos e publicações, inferiorizando o Brasil e desmantelando a imagem do Brasil para o mundo. Assim, no mesmo capítulo é notório que Bomfim faz seu parecer sobre as

ideias de raça que naquele momento ocupavam certo grau de relevância, fazendo uso do seu conhecimento em outras áreas. Logo, à discussão volta-se para a biologia, reprodução, mistura de raças e crítica ao darwinismo social.

Tudo considerado, reforça-se o asserto: o Brasil é um país de população cruzada, desde os seus primeiros dias, e foi com essa população cruzada que a nação apareceu e se definiu. Pretender conduzi-la a um tipo puro, em nobilitante arianização, é pretender desfazer, e, não, completar e conduzir o que é propriamente Brasil (idem, p. 218)

Em certo momento cita a mudança de panorama da ciência antropológica, não mais atrelado ao físico ou psicológico, mas levando em consideração a geografia, história e principalmente as culturas. Várias páginas são dedicadas às ciências biológicas. Assim, impugnando a noção de que a mistura das raças impossibilitaria o progresso brasileiro. Ao contrário disso, Bomfim recorre ao otimismo com o paradoxo de assimilação de tradições, com bases antropológicas, e como o Brasil delas se beneficiaria ao longo do tempo. Nessas bases, ele incorpora o antropólogo americano Lester Ward para ajudar no argumento:

De todo modo, as tradições e os costumes postos em confronto não se anulam, nem se prejudicam no que haja de melhor, antes suscitarão uma seleção recíproca, e tudo se traduzirá no que Ward chama de *fecundação cruzada de culturas por diferença de potencial social*. (Grifo nosso) (Idem, p. 196)

Sobre os negros escravizados, Bomfim fala de sua massificação no período pombalino em diante na colônia. Fala sobre a forma específica de escravização aqui, diferente de outras regiões na América, sendo mais “branda” e com mais “afetividade”. Os negros libertos não conseguiam se dissipar da vida de seus senhores, tinham como característica a ternura e raros eram os momentos de resistência contra os trabalhos forçados. Desse modo, acabavam assimilando a cultura já existente da mistura dos indígenas e portugueses e pouco contribuindo com suas tradições. Os quilombos eram um caso à parte, organizações políticas que só “existiram aqui”, portanto uma qualidade política e organizacional que em outros países americanos não era reconhecida como tal. Demonstrando que os negros escravizados pelos portugueses tinham características diferentes, que a mestiçagem só foi possível graças a essa disposição de convivência e de mistura.

Muito difundidos os negros, dada a índole fácil das populações, a vida geral se fazia com uma relativa aproximação de senhores e escravos, e havia para estes mais humanidade. Por isso, o reflexo do mal teve outros tons. Se é possível apontar algumas relativas cruezas nos quadrados de senzalas dependentes dos cafezais, pelo resto do Brasil era uma inocente escravidão rural ou doméstica (BOMFIM, 2014, p. 215).

Essa visão bomfiniana é muito simplista e problemática, visto que, nos dias atuais existe uma vasta historiografia produzida sobre o tema da participação dos negros e escravizados. Mas que mostra um certo desatento da época do papel dos negros para a sociedade brasileira. Os colocando em um espaço de inferioridade e de neutralidade. O que em meados do século XX, foi uma visão aos poucos desmistificada pela historiografia e ciências sociais. Houve poucos parágrafos dedicados ao tema no livro, demonstrando o que se parece com uma menor importância, mas que não pode deixar de ser citado. Os negros nesse caso, são apenas algo a mais a ser incorporado numa sociedade já em desenvolvimento e que a raça negra apenas se engendra e continua a perpetuar aquilo que já existe, causando poucas mudanças na estrutura identitária do país.

O BRASILEIRO DE BOMFIM

O Brasil na América (1929), é repartido em duas partes, a primeira foi discutida um pouco acima, mas na fonte desta análise o que se busca está na segunda parte. Nela, a história narrada de conflitos e de nomeações dos ditos “heróis da pátria”, aqueles que guerrearam contra o estrangeiro e consolidaram o futuro espaço brasileiro. Ele dá destaque para dois conflitos que foram importantes para a assimilação dos sujeitos como gente diferente e autônoma: as guerras contra os franceses e holandeses, nas tentativas de se instalarem na costa da América portuguesa, e a capacidade dos bandeirantes, em especial as paulistas, que foram peças fundamentais para dominar as terras mais ao oeste da faixa litorânea. “Duros e feros como parecessem os bandeirantes e os Insurgentes, isto não impediu que o Brasil chegasse a essa bondade d’alma, característica do brasileiro” (2014, p.342). Com isso, fazer guerra e consolidar a mescla de raças em outras regiões até então desconhecidas, é o que chama atenção nessa obra de Bomfim. Assim sendo, o que parece é que a consolidação do território nacional e o adentramento da população pelos sertões são fatos importantíssimos para reconhecer a brasilidade das pessoas.

Na leitura do parágrafo 46 “A gente da *terra*”, tem-se algo interessante como fundamento de compreensão e, ao mesmo tempo, uma incoerência com o nacionalismo em seu estado conceitual mais puro, presente nos capítulos dedicados à guerra contra o apossamento dos franceses no Nordeste. Há uma historiografia da luta dos portugueses contra os franceses na invasão do nordeste no século XVII e a descrição de comandantes lusitanos de nascimento, portugueses puros, que colaboraram com a expulsão do estrangeiro. Bomfim pontua o que se pode considerar o “título

de brasilidade” a esses homens pelo seu papel de repressão aos franceses de conceder significância à terra, ou seja, foi necessário que houvesse valor de posse naquilo que se defendia, era necessário demonstrar apego e servidão ao solo que se prospera. Esses comandantes, como Albuquerque Maranhão, Bento Maciel, Martin Leitão e outros foram, para Bomfim, “heróis que, sendo portugueses de nascimento, são brasileiros em tudo mais; a educação guerreira, os interesses definitivos, e até os sentimentos” (2014, p. 229). Destarte, responsáveis por disseminar entre suas famílias “caboclas”, pois, muitos deles foram casados com indígenas, a competência necessária para construir a nacionalidade. Assim ele faz um lance de já considerar esses portugueses, legítimos brasileiros, ou os nascidos da terra. A exaltação de “heróis” portugueses, que são considerados brasileiros por lutar por um objetivo, defender uma terra em comum, que lhes pertence e que ali se fizeram é, portanto, o primeiro ato de “patriotismo”, mesmo que inconscientemente.

A outra invasão que representou muito para Bomfim foi a holandesa, que de fato forma definitivamente o estado mental do povo, é nela que a nação se une por circunstâncias da incapacidade da metrópole de defender sua colônia. Sobre a guerra contra a Holanda, Bomfim tece um comentário sobre a incapacidade dos espanhóis de se imporem contra os holandeses. Nesse momento, Portugal e Castela são quase um mesmo reino, devido a D. Sebastião não deixar herdeiros para a coroa de Portugal, ficando a cargo de Filipe II da Espanha unir os dois reinos, e enfim, dar origem à União Ibérica. Isso gera mais uma oportunidade de Bomfim diferenciar espanhóis e portugueses nas suas formas de governar e fazer duras críticas.

Entre essas críticas, está a questão dos recursos militares. A Espanha estava perdendo territórios para o então império holandês. Invadir o Nordeste em 1624 não foi tão complicado como nas em outras vezes (pelos franceses). A União Ibérica era formada por dois impérios que não sabiam o que fazer e tinham o mínimo para conseguir se auto sustentar. É um momento importante para a população que aqui já viviam, na visão de Bomfim se redimirem com suas posses contra o inimigo dos espanhóis. Era um salto para reconhecer mais uma vez os heróis brasileiros que lutaram por um só objetivo, defender suas “tradições”.

É nesse contexto que Bomfim acredita que os pernambucanos se tornaram responsáveis pela defesa do país e daí, formaram, mesmo com as dificuldades, uma organização para expulsar o estrangeiro com os recursos e soldados que possuíam. Sendo assim, elaboram tropas autênticas com gente da terra, momento crucial para a formação de um sentimento nacional. Há momentos de citações de exaltação de homens e mulheres, principalmente na Batalha de Tejucupapo (1646)

e na Batalha do Guararapes (1648 - 1649). Bomfim responsabiliza as dificuldades dos soldados e principalmente da marinha, por não receberem recursos para defender o Brasil por parte da União Ibérica. Assim, o cargo de ocupar Pernambuco ficou a cargo da população aqui presente.

“Deverá ser verdade explícita em todas as consciências brasileiras: foram os nacionais que fizeram a verdadeira guerra ao holandês, e o bateram, alijando-o definitivamente, apesar de que a metrópole já lhe tinha dado aquele pedaço de pátria” (p. 309)

Existem muitas críticas ao rei D. João IV por ceder os territórios à Holanda, ao pouco reconhecimento dos líderes pernambucanos nas batalhas e que os próprios portugueses reconheciam que sem a gente da terra, seria impossível para Portugal manter suas dominâncias na América. Nesse sentido, os pernambucanos e nordestinos foram os primeiros a mobilizar o patriotismo e a prosperar um sentimento de unidade diferente daquela da metrópole.

Após os pernambucanos, Manuel Bomfim reconhece no movimento bandeirante um elemento fundamental para a consolidação da pátria, tanto no aspecto territorial quanto na formação de uma identidade nacional. Ao citar Frei Vicente e o historiador romancista do século XIX, Robert Southey, Bomfim destaca a crítica à imobilidade da ação lusitana no interior do Brasil. Frei Vicente, por exemplo, observava com desdém a superficialidade da presença portuguesa, afirmando que “não sabem mais do que arranhar as praias como caranguejos” (p. 332). Conforme Southey, o interesse dos colonizadores estava voltado ao comércio litorâneo e à exploração do açúcar, negligenciando o interior até a descoberta do ouro. A penetração sertanista, portanto, foi realizada quase exclusivamente por homens nascidos na colônia, enquanto os portugueses se mantinham restritos às zonas costeiras.

Portanto, evidencia-se a ausência de uma abordagem voltada à mestiçagem, à identidade e às questões culturais no tratamento do tema da brasilidade. Bomfim intervém a partir de sua base histórica para construir um argumento que emerge de uma dimensão psíquica do pertencimento ao espaço, fundamentado na ideia de reconhecimento de princípios e tradições frente ao invasor. Ele postula, com certo preconceito, a volatilidade paulista — quase espiritual — no impulso de explorar e conquistar o novo, seja por meio dos indígenas ou de outras fontes de riqueza, como as minas. “O heroísmo dos que fundaram o Brasil dera tudo que podia dar.” (2014, p. 294). No caso, trata-se da luta por um bem comum: a terra em que se estabelecem. Bomfim reconhece que a nacionalidade poderia surgir mesmo quando os sujeitos eram oriundos de outros países. Ainda assim, sustenta a ideia de que ser “brasileiro” é, acima de tudo, ser guerreiro, patriótico, heróico. Assim, afirma: “o brasileiro formou-se em condições de crescer e durar, porque, desde sempre, teve consciência da

sua existência nacional; viveu, desde logo, na tradição de uma pátria, defendendo-a intransigentemente” (idem, p. 336). Essa afirmação revela uma visão anacrônica — e de fato o é —, pois supõe que desde os primórdios já existia uma consciência consolidada de nacionalidade.

Contudo, ao ampliarmos o campo investigativo, compreendemos que essa era justamente a proposta de escrita no tempo de Manuel Bomfim: buscar uma teoria do Brasil, sem minimizar a construção e a identidade do povo brasileiro. Trata-se de uma tentativa de resposta frente ao mundo em transição do século XIX para o XX, quando diversas nações procuravam compreender as razões de seu desenvolvimento ou atraso diante da ordem do progresso. Hoje, no entanto, ao lermos sua obra, percebemos as intenções e as intervenções que Bomfim pôde realizar dentro de seu tempo e contexto.

O BRASIL DE DARCY

O ensaio *O Povo Brasileiro* (1995) de Darcy Ribeiro é dividido em quatro partes que buscam explicar a formação do povo brasileiro socialmente, culturalmente, etnicamente e historicamente. Aqui se tentará abarcar alguns pontos interessantes, visto que, não é possível o detalhamento de capítulos, pois não é esse o objetivo deste trabalho. Entretanto, busca-se entender um pouco do que Ribeiro apontou nessa obra: compreender o Brasil e o seu povo, em vários parâmetros.

A primeira parte, intitulada como “O novo mundo”, utiliza fontes advindas de cronistas como Manuel da Nóbrega e do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1986), dedicando-se a explorar as visões de mundo dos portugueses e dos indígenas nos primeiros anos de contato. O livro contrapõe essas visões — indígenas versus portugueses — nos debates travados por viajantes sobre o desconhecido e os povos indígenas. Também aborda os embates entre portugueses e os missionários catequizadores, bem como as características das matrizes culturais tupis e as façanhas ultramarinas dos lusitanos. Também são ressaltadas as características próprias de povos ibéricos e “geminais”, como Ribeiro os nomeia, devido à capacidade de explorar em nome de Deus e assimilar o outro por benefício próprio. Nesse caso, o português não tem como característica dominar pelo povoamento próprio, mas de assenhorear, escravizar e avassalar os povos originários. Nessa parte, Ribeiro também delimita as primeiras formas organizacionais de povoação que eram divididas em três camadas: a primeira por engenhos no litoral com os senhores e os escravizados,

os sítios de subsistências composto por mamelucos e brancos pobres e o restante da população indígena afastada do litoral ou escravizada.

Na segunda divisão do livro “Gestão étnica”, encontra-se o maior interesse deste trabalho. O autor mobiliza aqui mais o fator das primeiras mestiçagens, da incorporação de tradições e, claro, de assimilação cultural, mesmo que no início essa assimilação advém de fontes de Gregório de Matos (1633-96). De acordo com Ribeiro, Matos foi o primeiro brasileiro letrado a escrever sobre as condições humanas em terras brasileiras, por mais que fosse um homem “fanático” aos portugueses, assim, fazendo de seus escritos uma inferiorização daquela mescla de gente nova. Assim Ribeiro cita-o:

Sobre os mestiços:

Que fidalgo nos ossos, cremos nós

que nisto consistia o mor brasão [...]

daqueles que comiam seus avós (MATOS apud RIBERO 2015, p.101)

Essa era uma das formas de interpretar aquela nova mistura de raças eclodida nos engenhos da América Portuguesa. A massificação disso deu-se para Ribeiro não apenas pela operação própria dos portugueses, mas também pelo “cunhadismo”, pelo qual os indígenas incorporaram os portugueses que casaram com filhas de povos originários. Sendo assim, a constituição de famílias de mamelucos por lusitanos e outros europeus com indígenas e a criação de grandes comunidades, tornou-se fator ténue para povoar áreas para Portugal.

No capítulo “Moinhos de gastar gente”, é interessante como o autor coloca os paulistas como os mamelucos, com características capazes de adentrar ao sertão, pela sua condição de pobreza, visto que sua fonte de riqueza era buscar território adentro, indígenas para venda. A organização de bandeiras, pelo conhecimento do terreno e de formas de navegações (como nas monções), de se estabelecerem em matas, nos mantimentos e nas maneiras de vestir. É justamente nesse parágrafo que Ribeiro cita mais uma vez SBH (1986), reforçando a adoção de sua historiografia como fonte. A partir disso, dissipa a ideia de que, por mais que Ribeiro fosse considerado um socialista, na escrita de *O povo brasileiro*, não está fundamentada em uma abordagem marxista

Quanto aos africanos, Ribeiro não adota uma postura de que os negros contribuíram como portugueses e indígenas na identidade e na língua. Talvez na musicalidade, culinária e claro na mão de obra. Contudo, culturalmente falando, o negro foi mais aculturado do que o agente “culturador” da sociedade brasileira que nascia. Uma postura um pouco parecida com a de Bomfim, de colocar

o papel dos negros em um segundo plano na formação da sociedade, mas não desconsiderando sua mescla racial.

Mesmo com essa visão, na parte III denominada “Processo sociocultural”, Ribeiro dedicou a exibir alguns gráficos demográficos que nos anos 1990 era o que se tinha a respeito de negros e criolos “nascidos na América”. Cita o tráfico e algumas formas de utilização de mulheres negras, com papel de criadoras. Também das pessoas negras trazidas para trabalhar nas minas, depois da descoberta do ouro. O paradoxo do branco versus negro na sociedade, de como funciona a sociabilidade dessas raças, do monopólio cultural e letrado que acabou transformando os negros antes marginalizado em um branco opressor. Claro que nem em todos os casos, mas que existe uma forma de manter condições dominantes. Mostrou as divergências de sociabilidade do Brasil com outros países como África do Sul e EUA com problemas da violência racial e seus *apartheids*. Nessa lógica, crítica a tradição intelectual da democracia racial inaugurada em 1930 que por muito tempo tratou a sociedade brasileira com as teses de Gilberto Freyre, mas que ao longo dos anos se mostrou inconsistente.

É também na terceira parte que Ribeiro faz uma transmutação da sociedade brasileira. Ponto de partida é o avanço da autonomia brasileira frente os colonizadores, entretanto, Ribeiro ainda vê no brasileiro uma raça anarquista subjugada pela metrópole. Mesmo com condições adversas se construiu com as misérias daqui, adentrando o interior de forma independente à custa de sua sobrevivência. Disso, chega-se à conclusão de que o que importa para o colono é o lucro, não de como ele provém. No entanto, ainda que anarquistas, os brasileiros são subjugados não por portugueses, mas por uma herança de domínio das elites e do neoliberalismo.

As vezes penso que continuamos cumprindo com desígnio mesmo sem os portugueses, debaixo da grande velha classe dominante de senhores de escravos que se seguiu a eles no exercício do poder das novas elites cujo setor predominante é hoje, o corpo gerencial das multinacionais” (RIBEIRO, 2015, p. 185).

Um ponto de vista darwiniano que muito está atrelado ao sentido de “parasitismo social” proposto por Bomfim, mas de sua outra obra América-latina: males de origem (1903). Aqui, o que existe é uma denúncia dos motivos do Brasil ainda ser uma nação considerada atrasada frente ao dito progresso ocidental. São os anos de escravidão, o gerencialismo político pelas elites, a falta de políticas públicas e uma democracia marcada pelo corrompimento das massas pobres através de votos comprados em troca de subsídios temporário, advindos, portanto, do “plano cultural as duas etapas formativas compreendem, respectivamente, em uma cultura colonial, que floresce e se

arcaíza, e uma cultura renovada, que surge na modernização” (Idem, p. 196). Assim sendo, não apenas o fator histórico está sob a formação do povo brasileiro, mas o progresso toma suas rédeas e modifica a estrutura a um novo estilo de vida. Se antes o trabalho no campo, escravo ou manufaturado consistia nas formas de exploração com a modernização, as etnias e sua mistura eram obrigadas a atender, principalmente a mão de obra e a força de trabalho de maneira diferente, reformulando a sociabilidade do povo.

O BRASILEIRO DE DARCY

Como dito anteriormente, o capítulo “Moinhos de gastar gente” faz parte do raciocínio de Ribeiro a respeito da primeira gestação étnica da população da América Portuguesa. O cunhadismo é considerado para ele um método para povoar o território que não podia ser preenchido por portugueses. Assim, foi preciso incorporar os povos e incentivar o casamento de brancos com mulheres indígenas, visto a escassez de mulheres brancas nos territórios tropicais. O resultado disso foi uma massa de caboclos adaptados aos problemas tropicais, com conhecimento suficiente para se criarem e prosperarem. Essa nova gente tornou-se o novo gênero, que produziu sua linguagem e suas técnicas pelo convívio com os indígenas. Entretanto, surgiu a noção de “ninguendade”, denominada por Ribeiro para tratar do sentimento daqueles filhos de indígenas e de portugueses, que não eram considerados nem portugueses e nem indígenas. É desse “não lugar” que surge o primeiro grão de brasilidade.

O brasilíndio como os afro-brasileiros existiram em uma terra de ninguém, etnicamente falando, e é a partir dessa carência essencial, para se livrar da ninguentade de não índios, não europeus e não negros, que eles se veem forçados a criar a própria identidade étnica: a brasileira. (Grifo nosso) (RIBEIRO, 2015, p. 99)

Essa dialética prescreve o não reconhecimento e a busca por uma posição. Os mamelucos não podiam ter o status de portugueses, todavia, Ribeiro não descartava sua importância tanto na ocupação do interior do país quanto de captar novos indígenas para o trabalho forçado. Com o passar do tempo, esses mamelucos vão formando uma sociabilidade com bases tupis de agricultura e adaptação com ambiente e obtendo acesso, mesmo que pela importação, dos metais e da pólvora, dando-lhes mais material para intervir, defender, produzir e prosperar. Assim, vão criando os núcleos chamados por Ribeiro de os “neobrasileiros”.

Estava constituída já uma formula extraordinariamente feliz de adaptação do homem ao trópico como uma civilização vinculada ao mundo ao mundo português, mas profundamente diferenciada dele. (Idem, p.98)

Outro ponto interessante é Ribeiro mencionar que o gentílico brasileiro era utilizado frequentemente pelos portugueses. Os brasilíndios, então, não foram entendidos como membros de uma metrópole e seu povo, mas diferenciados e afastados. A partir daqui, precisaram autodeterminar-se para formar um grupo novo, colaborando com esse processo de “ninguendade”. Como pode-se notar, o brasileiro de Darcy Ribeiro remete à mescla da consciência do homem de se encontrar no mundo em comunidade. Quando não se identifica com nenhuma, encaminha uma tentativa bem sucedida, na proposta de Ribeiro, de se encontrar no mundo para conseguir progredir na colônia. O papel dado ao neobrasileiro é, portanto, constituído pelas suas necessidades: explorar o interior, conhecer o espaço, procurar por metais preciosos e capturar indígenas — pela sua técnica e conhecimentos.

Na obra de Darcy Ribeiro encontra-se o culturalismo da associação do que é benéfico ou não a uma comunidade, sendo então, o neobrasileiro o gênero humano novo fruto desse culturalismo adaptativo. Disso, ele tendia a um otimismo que ao passar dos anos os brasileiros fariam do Brasil uma “Nova Roma”, a Roma dos trópicos, subsidiada por quem sabe, uma política que dê essa possibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho mostrou que a partir de uma historiografia comparada é possível fazer uma boa revisão de literatura sobre ambos os autores. O cenário relativo em que cada um se encontra são chaves mestras para compreender um pouco de suas linhas de raciocínio e suas propostas científicas. Isso demonstra como o início do XX possui interesses e discussões que pouco tem a ver com as discussões do seu final, mesmo que o assunto seja o que é ser “brasileiro”. Para chegar nisso, foi preciso não descuidar de uma boa pesquisa biográfica para posicionar bem cada uma de suas obras. No caso de Manuel Bomfim, os seus escritos perpassam os limites das disputas intelectuais sobre como pensar a construção étnica e como essa questão poderia, naquele momento, estar associada às nações atrasadas diante do progresso. A não aceitação de conceitos universalistas e, principalmente, de atenuar sua escrita nacionalista, diferentemente de obras anteriores, que não buscavam tanto essa proposta. Assim sendo, podendo legitimar uma historiografia que renuncia a

qualquer tipo de neutralidade, sendo um vestígio importantíssimo para a análise deste trabalho: a parcialidade política e ideológica de Manuel Bomfim.

Darcy Ribeiro atuou nos mais diferentes ramos da vida pública e esteve atrelado a muitas mudanças no Brasil do século XX. Por ter tido muito contato com antropologia e com autores como Lévi-Strauss e Sérgio Buarque de Holanda, seu posicionamento flerta muito com o culturalismo da época e com uma historiografia clássica, fugindo um pouco das ordens de pensamentos mais economicistas, por exemplo. Isso impacta na forma de interpretar sua noção de brasileiro, mais voltado para uma construção de uma miscigenação cultural, cuja é valorizada a formação de uma nova ordem étnica — com suas características muito similares e, ao mesmo tempo, extremamente adaptativa às adversidades que lhes são impostas. Sua carreira política, como defensor de um bem estar social, é também encontrada em sua obra com a crítica ao neoliberalismo e as antigas formas de política, principalmente as oligárquicas do passado brasileiro. Essas são questões que podem ser encontradas na leitura e análise de “O Povo Brasileiro”, que também é uma obra que deve ser lida junto do processo construtivo de seu autor. A partir disso, compreendemos que ser “brasileiro” em cada uma das obras possui marcas distintas. Entretanto, não era a intenção apenas comprovar diferenças e similitudes no conceito, mas compor com mais estudos e, a partir dele, obter a transformação das propostas desse conceito no meio intelectual. Isso demonstra como a identidade brasileira ainda é muito disputada e reinterpretada.

Por fim, em *O Brasil na América*, Manuel Bomfim propõe uma concepção de brasilidade centrada na consciência embrionária de defesa da pátria, independentemente da origem de nascimento do sujeito. Para ele, o que importa não é ser brasileiro de nascimento, mas sim assumir o compromisso com o bem comum e com a expansão do território nacional. É por isso que Bomfim valoriza figuras históricas como os bandeirantes, os paulistas e os que lutaram contra invasores estrangeiros, como franceses e holandeses. Assim, o “brasileiro” de Bomfim é aquele que demonstra disposição para defender o território e ambição de ampliá-lo — uma identidade forjada não a partir da diferenciação étnica, embora Bomfim reconheça o valor da mestiçagem, mas baseada na defesa das virtudes e tradições nacionais.

Entendemos que demandaria muito mais esforços para abranger esses dois autores no que reflete suas obras e trabalhos à parte, que conotam mais e mais, sobre o pensamento social brasileiro. Sem contar seus artigos e também outros escritos que estão nos limites da interdisciplinaridade. Este é apenas mais um modo de organizar os pensamentos sobre a sociedade

brasileira do século XX, servindo de possibilidades para mais árduos trabalhos de sistematização dos autores aqui estudados e de outros atrelados aos limites das historicidades, ou seja, que por meio da leitura historiográfica que é o que nos chama atenção.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O Rebelde esquecido**: Tempo, vida e obra de Manuel Bomfim. 1.ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2000.

BOMFIM, Manuel. **América: Males de origem**. Brasília-DF: Editora UNB, 2014. *E-book*.

BOMFIM, Manuel. **O Brasil na América**. Brasília-DF: Editora UNB, 2014. *E-book*.

CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura Comparada**. 4.ed. rev. e ampliada. - São Paulo: Ática. 2006.

COSTA, Jean Carlo. **O Problema Nacional, globalização e o pensamento social no brasil**: notas sobre as implicações do “nacional” em Manoel Bomfim. Política e Trabalho, nº 22, p. 165 - 164, 2005.

HOLANDA, Sérgio. B. **O Extremo Oeste**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LORENZ, Chris. **Historiografía comparada**: problemas y perspectivas. Memoria y Sociedad, v. 9, n. 19, p. 35–45, 1 jan. 2005.

LOUREDO, F. M.; WANDERLEY, S. **A dialética da “ninguendade” e o desprendimento**: a decolonialidade em Darcy Ribeiro e sua contribuição para os estudos organizacionais. Cadernos EBAPE.BR, v. 22, n. 6, p. e2023–0052, 2024.

MATA, Sérgio da. **A viagem redonda de Jessé Souza**. Sociologias, Porto Alegre, v. 20, n. 47, p. 424-437, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/soc/a/YLjb9wqL7pxmZDDHLRBt9Cs/>. Acesso em: 1 jun. 2025.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada: história, teoria e crítica**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

PRADO, Maria. **Os historiadores: clássicos da história do Brasil: vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues**. Editora Vozes, 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

O BRASIL de Darcy Ribeiro. Direção: Ana Maria Magalhães. Produção: Ana Maria Magalhães. Brasil, 2014. Disponível em
<https://www.youtube.com/watch?v=173RI_3s908&t=311s&ab_channel=JornalismoTVCultura>
acesso em: 17/10/24

OLIVEIRA, Silvana. **Teoria da Literatura III**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. População e Sociedade. IN: _____ (Org). **História do Brasil Nação: 1808-2010, Vol. 3 – A Abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva; Madrid: Fundación Mapfre, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 - 1930)**. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira, ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. **História e dependência**: Cultura e sociedade em Manoel Bomfim. 1ªed. São Paulo: Moderna, 1984.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polemicas literárias no brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.